



Estado de Pernambuco  
Poder Judiciário



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2021

Dados Consolidados



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**SUMÁRIO**

1. Informações Gerais.....	02
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	04
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5 Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6 Intangível.....	07
2.1.7 Depreciação e amortização .....	07
2.1.8 Passivo Circulante.....	08
2.1.9 Apuração do Resultado .....	08
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	09
3. Balanço Patrimonial.....	10
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	10
3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Finan. e Permanentes – Lei nº 4.320/64.....	17
3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964.....	17
3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964.....	18
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	18
5. Balanço Orçamentário.....	24
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	24
5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	27
5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados .....	28
6. Balanço Financeiro.....	28
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	30



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **1. Informações Gerais**

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conta com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) desembargadores, 482 (quatrocentos e oitenta e dois) juízes de direito e 7.475 (sete mil, quatrocentos e setenta e cinco) servidores públicos ativos, atuando na área fim e na área meio, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 24 de setembro de 2015, e posteriores alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE), por meio do Anexo XXIV à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Corporativo eFisco, ferramenta de gestão da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os órgãos e entidades dos poderes constituídos, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/2008 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### **2. Base das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais está em andamento, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <https://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/contas-publicas/informacoes-do-exercicio-2021>.

### **2.1. Principais Práticas Contábeis**

#### **2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensurados ou avaliados pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#### **2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo**

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (i) acordos com servidores e ex-servidores; (ii) multas por descumprimento contratual; (iii) arrendamentos; (iv) ressarcimento de pessoal cedido; (v) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (vi) direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal; (vii) multa por processo administrativo disciplinar; entre outros. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

##### **2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas**

Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP (8º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldo Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldo Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

### 2.1.3 Estoques

Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

### 2.1.4 Créditos a Longo Prazo

Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

### 2.1.5 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais ainda estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao TCE, por meio do anexo XXIV da prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”.

### **2.1.5.1 Bens Móveis**

Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Em 2021, passaram a ser depreciados de acordo a política definida em conjunto pela Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Infraestrutura. Desta forma, os bens adquiridos nos últimos 10 anos, a partir de 01/01/2011, foram depreciados por meio de rotina desenvolvida no sistema de Gestão Patrimonial, elaborada pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (SETIC) deste Poder, adotando-se o método das cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, estes ainda serão avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes, já em processo de discussões.

### **2.1.5.2. Bens Imóveis**

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, com base na vida útil informada pela DEA.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **2.1.6 Intangível**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

### **2.1.7 Depreciação e amortização**

A depreciação representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Quanto à depreciação, desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno para os bens imóveis avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, como também dos construídos a partir desse exercício. No entanto, tendo em vista à época de desenvolvimento do sistema de Gestão Patrimonial não ter previsto rotina de depreciação, o cálculo para os bens imóveis vem sendo realizado em planilha Excel, com base na vida útil definida pela DEA, adotando-se o método das cotas constantes.

Para os bens móveis, a partir de 2021, iniciou-se a depreciação, por meio de rotina informatizada com base em parâmetros definidos pelas áreas envolvidas. Os bens foram segregados em duas massas, tendo como critério a data de aquisição. Para os bens adquiridos nos últimos 10 anos, a rotina foi implementada, sendo a depreciação acumulada de anos anteriores a 2021 registrada como ajustes de exercícios anteriores.

O método de depreciação de bens móveis foi definido como o das cotas constantes, sendo considerado o mês de início aquele seguinte à data de sua utilização. O valor depreciável tem base no custo histórico. Ademais, a tabela base utilizada é a disponível na Macrofunção SIAFI 020330.

Em relação ao procedimento de amortização, deu-se início em 2012, controlado por meio de planilha em Excel pela mesma justificativa anteriormente citada. A SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método das cotas constantes e sem valor residual.

**2.1.8 Passivo Circulante**

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias, 13º salário e licença prêmio, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores que possuam dez ou mais anos de efetivo exercício prestado, em acordo a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

**2.1.9 – Apuração do Resultado**

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

**Resultado patrimonial**

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### **Resultado financeiro**

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## **2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder**

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 8ª edição, pág. 464)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Importante esclarecer que não houve ajustes na consolidação do Balanço Orçamentário, tampouco da Demonstração dos Fluxos de Caixa.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

	2021	2020
Balanco Patrimonial		
Ativo	1.082.272,23	881.796,03
Passivo	1.082.272,23	881.796,03
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	45.687.621,80	21.485.022,93
Variações Patrimoniais Diminutivas	45.687.621,80	21.485.022,93
Balanco Financeiro		
Ingressos	40.006.685,24	18.269.122,08
Dispêndios	40.006.685,24	18.269.122,08

### 3. Balanco Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanco Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- Balanco Patrimonial – MCASP
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

#### 3.1. Balanco Patrimonial - MCASP

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2021	2020
Conta Única	2.412.606,90	1.397.883,69
Contas Movimento	330,00	5.240.339,17
CDB/RDB	211.131.681,08	150.347.624,13
Fundos de Aplicação Financeira	16.997.813,67	23.973.900,34
<b>TOTAL</b>	<b>230.542.431,65</b>	<b>180.959.747,33</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 2 – Créditos a Curto Prazo** – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2021	2020
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.727.725,42	3.727.725,42
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) <sup>1</sup>	(3.622.603,56)	(3.587.935,72)
Convênio de Cessão de Pessoal	1.847.050,66	2.514.090,85
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.816.509,84	1.805.246,67
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores <sup>1</sup>	(1.765.284,26)	(1.737.549,92)
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento – Santander e Bradesco <sup>2</sup>	582.953,33	471.979,49
Outros créditos tributários a receber <sup>3</sup>	430.256,40	362.230,69
Créditos a receber por arrendamentos	97.228,14	111.990,86
Créditos a receber por outros contratos	64.468,60	76.426,30
( - ) Ajuste de perdas de créditos a receber por outros contratos <sup>1</sup>	(62.650,59)	(73.560,31)
Multas em processo administrativo disciplinar	22.886,84	22.886,84
Suprimento de Fundos Institucional	13.865,75	128.485,66
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais	-	5.541.666,96
Empréstimos Concedidos	-	1.800.000,00
Outros Créditos a receber	-	3.315,88
<b>TOTAL</b>	<b>3.152.406,57</b>	<b>11.166.999,67</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O ajuste corresponde a 97,18% respectivos créditos, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1.

<sup>2</sup> Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento, recebidos em janeiro do ano seguinte;

<sup>3</sup> Do total, R\$ 362.230,69 refere-se a valores a receber relativo a dois processos referente Taxa de Serviço Notarial e Registrais-TSNR, que se encontram na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário. O saldo restante compreende valores a receber da SEFAZ-PE referente custas e taxas arrecadadas;

**Nota 3 – Estoques** – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médicos e odontológicos geridos pelo Centro de Saúde do TJPE.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Almoxarifado - Material de Consumo <sup>1</sup>	5.285.608,00	5.560.395,52
Almoxarifado - Saúde	441.970,29	218.827,98
Total	5.727.578,29	5.779.223,50

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O relatório do inventário de 31/12/2021 do sistema de Almoxarifado apresentou inconsistência na equação do resultado do saldo final, no montante R\$ 73.345,60, e inviabilizou os lançamentos contábeis de ajustes de entrada e saída, consequentemente afetando o saldo final contábil. A inconsistência encontra-se em análise pelos setores competentes.

**Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente** – Correspondem às variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes a Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades. O aumento de 777% no valor registrado ocorreu devido ao registro inicial de Serviços de TIC a Apropriar, que representam, em 2021, 78% do total contabilizado neste grupo e compreendem as contratações do tipo Software como Serviço (SaaS).

**Nota 5 – Realizável a Longo Prazo** – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativo a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda, que em 2020 representou 99,79%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.2.1.

Descrição	2021	2020
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	2.726.190,26	2.358.134,61
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(2.720.465,26)	(2.355.540,67)
Total	5.725,00	2.593,94

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 6 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo. Conforme exposto nos itens 2.1.5.1; 2.1.5.2 e 2.1.7, o reconhecimento da depreciação de bens móveis e imóveis teve seu início nos exercícios de 2021 e 2016, respectivamente.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021 (a)	2020 (b)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	742.485.539,11	716.186.812,30	3,67%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)	20,37%
Bens Móveis	249.415.815,39	247.170.723,24	0,91%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(101.576.788,26)	-	-
<b>Total</b>	<b>839.744.889,77</b>	<b>921.337.322,04</b>	<b>-8,86%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:

Bens Móveis - Detalhamento	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	247.170.723,24	241.633.473,72	2,29%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (ii)	8.873.602,02	8.239.767,46	7,69%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (iii)	(6.628.509,87)	(2.702.517,94)	145,27%
Valor Contábil Bruto final (iv) = (i + ii + iii) <sup>1</sup>	249.415.815,39	247.170.723,24	0,91%
Bens de Informática	104.886.143,67	106.073.127,83	-1,12%
Móveis e Utensílios	65.599.031,45	65.582.789,08	0,02%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	57.054.697,27	53.637.538,31	6,37%
Veículos	19.817.245,85	20.058.900,04	-1,20%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.743.598,37	1.725.353,32	1,06%
Obras de Arte e Peças para Exposição	291.302,07	78.284,72	272,11%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.729,94	14.729,94	0,00%
Bens Móveis em Trânsito <sup>2</sup>	9.066,77	-	-
Depreciação Acumulada inicial (v)	-	-	-
Depreciação Reconhecida no período (vi)	(101.576.788,26)	-	-
Baixas de depreciação acumulada (vii)	-	-	-
Depreciação Acumulada final (viii) = (v + vi + vii)	(101.576.788,26)	-	-
Bens de Informática	(56.204.192,34)	-	-
Móveis e Utensílios	(21.035.302,73)	-	-
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(18.304.022,29)	-	-

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(Continuação)

Veículos	(5.102.262,81)	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	(927.886,41)	-	-
Demais bens	(3.121,68)	-	-
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (ix) = (iv) + (viii)	147.839.027,13	247.170.723,24	-40,19%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2021, a Contabilidade encontra-se a maior no montante de R\$ 15.790,41 em relação ao inventário físico, em decorrência de bens móveis em trânsito no montante de R\$ 9.066,77 e de classificação equivocada no valor de R\$ 6.723,64.

<sup>2</sup> Compreendem bens doados a unidades gestoras do Poder Executivo, cuja baixa depende de rotina contábil a ser realizada pelo donatário.

Bens Imóveis - Detalhamento	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	716.186.812,30	713.324.636,85	0,40%
Adições (ii)	27.197.919,90	4.811.124,59	465,31%
Baixas (iii)	(899.193,09)	(1.948.949,14)	-53,86%
Valor Contábil Bruto Final (iv) = (i) + (ii) + (iii)	742.485.539,11	716.186.812,30	3,67%
Edificações em Geral	566.220.014,63	556.303.069,27	1,78%
Terrenos com Edificações	114.126.158,89	98.706.724,38	15,62%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%
Obras em Andamento	18.430.158,92	17.355.252,80	6,19%
Terrenos sem Edificações	9.827.696,88	9.548.596,88	2,92%
Instalações	4.037.247,47	4.249.218,99	-4,99%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%
Instalações em Andamento	397.578,75	593.973,88	-33,06%
Estudos e Projetos	347.767,71	331.060,24	5,05%
Depreciação Acumulada anterior (v)	(42.020.213,50)	(32.825.581,37)	28,01%
Depreciação Reconhecida no período (vi)	(9.349.299,24)	(9.283.536,53)	0,71%
Baixas de depreciação acumulada (vii)	789.836,27	88.904,40	788,41%
Depreciação Acumulada no final do período (viii) = (v) + (vi) + (vii)	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)	20,37%
Edificações em Geral	(48.188.981,71)	(39.756.493,41)	21,21%
Instalações	(2.348.392,17)	(2.232.824,94)	5,18%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	(42.302,59)	(30.895,15)	36,92%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (ix) = (iv) + (viii)	691.905.862,64	674.166.598,80	2,63%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 7 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	29.050.688,37	30.596.458,71	-5,05%
Adições (ii)	7.716.360,78	6.948.710,89	11,05%
Baixas (iii)	(7.374.029,63)	(8.494.481,23)	-13,19%
Valor Contábil Bruto Final (iv) = (i) + (ii) + (iii)	29.393.019,52	29.050.688,37	1,18%
Amortização Acumulada anterior (v)	(19.224.750,41)	(21.848.169,46)	-12,01%
Amortização Reconhecida no período (vi)	(3.038.136,74)	(1.701.441,96)	78,56%
Baixas de Amortização acumulada (vii)	5.263.460,08	4.324.861,01	21,70%
Amortização Acumulada no final do período (viii) = (v) + (vi) + (vii)	(16.999.427,07)	(19.224.750,41)	-11,58%
Valor Contábil Líquido de Softwares (ix) = (iv) + (viii)	12.393.592,45	9.825.937,96	26,13%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciados na tabela a seguir.

Descrição	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	81.463.484,32	87.107.862,07	-6,48%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	25.396.001,75	28.090.415,09	-9,59%
Licença Prêmio <sup>1</sup>	19.822.219,39	29.186.451,84	-32,08%
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>1</sup>	18.034.891,14	19.942.835,17	-9,57%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	4.446.205,00	4.989.837,50	-10,89%
Contribuição Patronal INSS	699.420,22	698.302,21	0,16%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	692.787,21	708.756,25	-2,25%
Pessoal de Exercícios Anteriores	657.180,81	657.180,81	0,00%
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>1</sup>	514.635,57	552.552,14	-6,86%

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(Continuação)

Contribuição Patronal ao FUNAPREV	232.108,80	34.508,51	572,61%
Demais Obrigações	-	42.485,45	-100%
<b>Total</b>	<b>151.958.934,21</b>	<b>172.011.187,04</b>	<b>-11,66%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

**Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo –** Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	37.299.192,27	37.869.164,23
Contribuições Previdenciárias RGPS e Impostos	19.055.106,26	17.494.148,16
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	243.156,04	239.624,92
Depósito de Terceiros	1.602.988,81	4.949.959,07
Demais Obrigações	1.005.348,26	769.984,93
<b>Total</b>	<b>59.205.791,64</b>	<b>61.322.881,31</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 10 – Resultados Acumulados –** Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2021	2020
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	73.510.196,28	9.907.810,12
Ajustes de Exercícios Anteriores	(91.734.667,58)	(1.875.919,72)
Subtotal	(18.224.471,30)	8.031.890,40
Resultado de Exercícios Anteriores	893.438.981,24	885.407.090,84
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>875.214.509,94</b>	<b>893.438.981,24</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Depreciação de Bens Móveis	(85.875.712,77)	-
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis	(5.509.386,23)	(1.788.739,34)
Intangível (Software)	(176.001,00)	-
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(128.485,66)	-
Ressarcimento de Pessoal Cedido	(18.235,61)	(19.631,60)
Registro/Desincorporação de crédito a receber	(15.201,35)	-
Retificação de erros	(13.981,23)	(1.000,00)
Depreciação de Bens Imóveis	2.336,27	(86.252,78)
Cancelamento de obrigação de exercício anterior	-	19.704,00
<b>Total</b>	<b>(91.734.667,58)</b>	<b>(1.875.919,72)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 11** – O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é também evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2021 o montante de R\$ 163.150.194,98.

**3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 12** - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações registradas a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros no sistema eFisco a partir de 2012 especificamente em contas de controle, que não afetam o patrimônio do Tribunal, associadas ao controle financeiro das contas bancárias, vinculadas a pagamentos de precatórios, subordinados ao regime comum e especial, este estabelecido pela Emenda Constitucional nº 99/2017.

Ente Devedor	Saldo Bancário em 31/12/2021	Saldo Bancário em 31/12/2020
Estado de Pernambuco	74.111.913,56	78.948.455,59
Municípios	35.737.186,12	65.462.650,11
Total	109.849.099,68	144.411.105,70

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 13** - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado por destinação (fontes) de recursos.

**4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

**Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Correspondem apenas a tributos na espécie Taxas, conforme detalhadas a seguir:



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	104.774.095,68	74.833.944,98
(-) Restituição de Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(240.829,34)	(155.228,38)
Custas Processuais	78.023.970,18	73.163.103,65
(-) Restituição de Custas Processuais	(130.280,97)	(82.089,63)
Taxa Judicial	49.618.291,87	38.830.344,07
(-) Restituição de Taxa Judicial	(49.661,03)	(82.593,21)
<b>TOTAL</b>	<b>231.995.586,39</b>	<b>186.507.481,48</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** – A variação positiva, em relação ao ano anterior, justifica-se principalmente pelo incremento na receita de cessão da operacionalização da folha de pagamento, conforme detalhado abaixo.

Descrição	2021	2020
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	5.821.163,70	5.452.516,24
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	2.562.539,50	2.220.219,75
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(375,00)	(250,00)
Receita de Arrendamentos	1.039.447,99	1.145.332,82
Outras Receitas	235.567,20	175.316,62
<b>Total</b>	<b>9.658.343,39</b>	<b>8.993.135,43</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 3 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** – Do total, destaca-se 95,50% referente a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras e 4,34% a Atualização da Dívida Ativa não Tributária.

**Nota 4 – Transferências e Delegações Recebidas** - Correspondem principalmente a transações recebidas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores e bens.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Transferências Intragovernamentais	1.642.381.580,04	1.503.715.329,97
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	1.642.381.580,04	1.503.715.329,97
Transferências Intergovernamentais	373.500,00	-
Bens imóveis – Doações recebidas de municípios	373.500,00	-
<b>Total</b>	<b>1.642.755.080,04</b>	<b>1.503.715.329,97</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Em 2021, contempla o recebimento de R\$ 1.550.350.900,04, previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, acrescido do arredondamento de centavos e de R\$ 92.030.680,00, referente a crédito suplementar, conforme Decretos nº 50.059, 50.066 e 51.300/2021.

**Nota 5 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos –**

Compreendem em 2021 os Ganhos com Incorporação de Ativos, no valor de R\$ 84.269,36, como também a Desincorporação de Passivos, no valor total de R\$ 57.509.117,01. Esta última abrange R\$ 47.650.932,75 decorrente de ajustes no passivo de férias e R\$ 9.858.184,26 referente a ajustes no passivo de licença prêmio, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

**Nota 6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas –**

Compreendem as Reversões de Provisões e Ajustes de Perdas, bem como Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, as quais abrangem principalmente a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2021	2020
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	54.882.961,00	65.004.407,64
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos <sup>1</sup>	13.410.639,90	9.928.511,02
(-) Restituição de Receitas Incidentes Sobre os Emolumentos	(13.476,38)	(7.013,07)
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	2.922.699,47	3.580.517,23
Indenizações e Restituições	1.481.070,43	815.286,44

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

		(Continuação)
Multas Administrativas <sup>2</sup>	94.119,84	419.411,99
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	10.909,72	71.168,35
Outras Receitas de Valores Mobiliários	19.187,46	-
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	7.903,04	7.962,21
<b>Total</b>	<b>72.816.014,48</b>	<b>79.820.251,81</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Compreende as Receitas Incidentes sobre os Emolumentos, com os valores percentuais de 1% para o FERM e 2% para o FUNSEG, este último executado pela UGE 070001-TJ. Lei nº 16.522 de 27 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup>Contempla as multas cominadas em processo adm. disciplinar - TJPE

**Nota 7 – Pessoal e Encargos** – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios, conforme descrito no quadro abaixo.

Descrição	2021	2020	2021/2020
Remuneração a Pessoal <sup>1</sup>	1.250.143.129,46	1.231.942.672,87	1,48%
Encargos Patronais	288.422.018,55	285.333.352,44	1,08%
Benefícios a Pessoal	140.373.186,03	134.115.671,96	4,67%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	15.616.424,56	11.414.158,93	36,82%
<b>Total</b>	<b>1.694.554.758,60</b>	<b>1.662.805.856,20</b>	<b>1,91%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Inclui principalmente Salário e Vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, Gratificações, Férias e Abono Permanência.

**Nota 8 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais** - Evidenciam despesas a título de Auxílio Funeral e de Auxílio Saúde. Seu acréscimo decorre de mudanças na legislação do auxílio saúde, com impactos financeiros ocorridos a partir de 2021.

**Nota 9 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Evidencia a depreciação e a amortização, calculadas pelo método das cotas constantes, a utilização de material de consumo e a aquisição de serviços conforme detalhado no item 2.1.7.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Serviços	129.671.562,54	120.886.371,16
Locação de mão de obra	63.875.054,69	54.603.828,96
Demais Serviços	50.444.837,23	41.666.151,02
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	14.228.121,03	23.165.666,10
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	1.123.549,59	1.450.725,08
Uso de Material de Consumo	10.073.993,16	7.180.798,74
Depreciação de Bens Móveis	15.701.075,49	-
Depreciação de Bens Imóveis	9.349.299,24	9.162.295,75
Amortização de Intangível	3.038.136,74	1.672.337,96
<b>Total</b>	<b>167.834.067,17</b>	<b>138.901.803,61</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 10 – Transferências e Delegações Concedidas** – Compreendem as Transferências Intragovernamentais, Intergovernamentais e aquelas destinadas a Instituições Privadas.

Descrição	2021	2020
Transferências Intragovernamentais	46.234.786,56	1.645.221,19
Transferências Intergovernamentais	-	11.868,24
Transferências a Instituições Privadas	1.622.923,44	2.162.299,14
<b>Total</b>	<b>47.857.710,00</b>	<b>3.819.388,57</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE e do próprio Poder, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Repasse financeiros concedidos <sup>1</sup>	46.033.888,41	728.170,34
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	-	704.460,39
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	200.898,15	212.590,46
Total	46.234.786,56	1.645.221,19

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Do montante de 2021, R\$ 45.000.000,00 refere-se ao repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 17.388/2021, e R\$ 1.033.888,41 foi transferido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

As Transferências a Instituições Privadas, no valor de R\$ 1.622.923,44, compreendem a despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, no montante de R\$ 235.820,80; doações de bens moveis, no montante de R\$ 677.625,00; e a transferência à Instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, no montante de R\$ 709.477,64.

**Nota 11 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos** – Refere-se a Desincorporação de Ativos e Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa não Tributária, conforme tabela a seguir:

Descrição	2021	2020
Desincorporação de Ativos Intangíveis	1.787.734,17	4.198.724,22
Outras Desincorporações de Bens Imóveis	111.693,09	1.190.572,35
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	427.326,77	273.933,35
Doação de Bens Móveis	-	175.712,33
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	200,00	110.705,78
Outras Baixas de Bens Móveis	51.600,00	97.241,24
Desincorporação da Dívida Ativa não Tributária	318.779,61	94.292,46
Total	2.697.333,64	6.141.181,73

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 12 – Tributárias** – Correspondem especificamente às variações patrimoniais diminutivas decorrentes de Taxas e Contribuições.



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 13 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** – Compreendem as Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, dentre estas Premiações, Condecorações, Indenizações e Restituições, sendo representado majoritariamente com despesas de militares inativos da guarda patrimonial decorrente da prestação dos serviços de segurança realizada nos prédios do Poder, no valor de R\$ 2.089.596,40.

### **5. Balanço Orçamentário**

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

#### **5.1. Balanço Orçamentário - MCASP**

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício.”

Além disso, as colunas “Saldo” e “Saldo da Dotação”, que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada. O déficit ou superávit deve ser informado apenas para a execução.

**Nota 1 – Previsão Atualizada da Receita** – Em 2021, o decreto estadual nº 51.300/2021, autorizou a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 45.000.000,00, utilizando como fonte o excesso de arrecadação do ICMS. Em que pese tratar-se de um recurso arrecadado pelo Tesouro Estadual, a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAG) atualizou equivocadamente a previsão de receita orçamentária na Unidade Gestora do TJPE, razão pela qual deve ser desconsiderada para fins de análise, principalmente quando da análise do resultado da arrecadação x previsão da receita.

**Nota 2 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Compreende as receitas diretamente arrecadadas, relativas a Custas e Taxa Judiciais, bem como Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. O total dessa receita bruta arrecadada foi de R\$ 232.348.332,02, sendo deduzido o montante de R\$ 420.771,34, resultando numa receita tributária líquida de R\$ 231.927.560,68, correspondente ao crescimento de 24,35% em relação ao exercício de 2020. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2021	2020	% (2021/2020)
Custas Processuais	77.854.626,20	73.081.014,02	6,53%
Taxa Judicial	49.539.668,14	38.747.750,86	27,85%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	104.533.266,34	74.678.716,60	39,98%
<b>TOTAL</b>	<b>231.927.560,68</b>	<b>186.507.481,48</b>	<b>24,35%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 3 – Outras Receitas Correntes** – São impactadas principalmente pela arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, que representa 76,65% do total arrecadado nesse grupo.

**Nota 4 – Subtotal das Receitas** – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 100,30% das receitas previstas, representando um resultado de execução no valor de R\$ 996.065,08, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Superávit de Arrecadação) <sup>1</sup>
(a)	(b)	(c) = (b - a)
331.936.000,00	332.932.065,08	996.065,08

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Desconsiderando o fato citado na Nota 1, o saldo do superávit da arrecadação seria R\$ 45.996.065,08 correspondendo a 116,03% em relação ao montante das receitas previstas.

**Nota 5 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a - b)
332.932.065,08	1.881.832.050,45	(1.548.899.985,37)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 47.447.706,26.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas à Defensoria Pública e ao Poder Executivo	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
332.932.065,08	1.642.381.580,04	1.881.832.050,45	46.033.888,41	47.447.706,26

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 6 – Saldos de Exercícios Anteriores** – O montante de R\$ 37.037.488,82 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2021 e representa aproximadamente 32% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020, no valor de R\$ 115.702.488,72.

**Nota 7 – Dotação inicial** - Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a composição do orçamento deste Poder consta demonstrada no quadro abaixo:

Previsão Inicial da Receita	Transferências a Receber conforme LOA (Duodécimo)	Orçamento Concedido à Defensoria Pública <sup>1</sup>	Dotação Inicial da Despesa
(a)	(b)	(c)	(e) = (a + b - c)
286.936.000,00	1.550.350.900,00	936.000,00	1.836.350.900,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Orçamento concedido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida em que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

**Nota 8 – Dotação Atualizada** – Comparada à dotação inicial da despesa, houve um acréscimo de R\$ 129.068.168,82, resultante da equação abaixo demonstrada:

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação por Superávit Financeiro	Suplementação (Anulação de Recursos do Estado)	Suplementação (Excesso de Arrecadação - ICMS)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(d) = (a + b + c + d)
1.836.350.900,00	37.037.488,82	47.030.680,00	45.000.000,00	1.965.419.068,82

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Despesas Empenhadas** – Atingiram o montante de R\$ 1.881.832.050,45, correspondendo a 95,75% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 83.587.018,37. Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, não há diferença entre os valores das despesas empenhadas para as liquidadas.

**5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2021, assim como em 2020, não há valores a serem apresentados a esse título.



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados**

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2020 foi pago no decorrer do exercício de 2021.

## **6. Balanço Financeiro**

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR) e das Receitas sobre Emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	Receita Bruta	Deduções da Receita Orçamentária	Receita Orçamentária Líquida
	( a )	( b )	( c ) = ( a - b )
Ordinária	9.519.091,48	-	9.519.091,48
Vinculada	323.847.596,32	434.622,72	323.412.973,60
Recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização	314.183.885,65	425.636,63	313.758.249,02

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(Continuação)

Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	27.776,09	-	27.776,09
Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados	9.635.934,58	8.986,09	9.626.948,49
<b>Total</b>	<b>333.366.687,80</b>	<b>434.622,72</b>	<b>332.932.065,08</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

**Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas** – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 1.642.381.580,04.

**Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.033.888,41, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 17.388/2021, no valor de R\$ 45.000.000,00.

**Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 49.582.684,32, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2020, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2021	Saldo Final 31/12/2020	Resultado Financeiro 2021
(a)	(b)	(c) = (a - b)
230.542.431,65	180.959.747,33	49.582.684,32

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerentes à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.

A movimentação apresentada na DFC considera as receitas arrecadadas, bem como as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.642.381.580,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000 - Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e respectivas suplementações.

**Nota 2 – Transferências Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.033.888,41, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

nº 17.388/2021, no valor de R\$ 45.000.000,00. Além disso, compreende também transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 341.817,00, e a despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 235.820,80, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.

**Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não havendo diferença a ser justificada.

Em atendimento ao item 2.3, Parte V do MCASP, segue no quadro abaixo a conciliação da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa com informações extraídas do Balanço Orçamentário.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração do Fluxo de Caixa (2021)	
Receitas Correntes Realizadas (Arrecadadas)	331.132.065,08
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	1.642.381.580,04
(-) Despesas Correntes Pagas	(1.832.789.015,35)
(-) Restos a pagar de 2020 pagos em 2021 ref. Atividades Operacionais	(3.866.515,73)
(-) Transferência Financeiras Concedidas <sup>1</sup>	(46.033.888,41)
<b>(=) Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)</b>	<b>90.824.225,63</b>
Receitas de Capital Realizadas (Arrecadadas)	1.800.000,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(40.461.228,45)
(-) Restos a pagar de 2020 pagos em 2021 ref. Atividades de Investimento	(85.674,20)
<b>(=) Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)</b>	<b>(38.746.902,65)</b>
<b>Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)</b>	<b>52.077.322,98</b>

<sup>1</sup>Compreende as transferências concedidas com impacto apenas financeiro, desconsiderando aquelas já contempladas nas despesas correntes pagas, pois tiveram também impacto orçamentário, que totalizam R\$ 577.637,80.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2021, em uma diminuição no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 2.494.638,66.

Recife, 25/04/2022.

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 29/04/2021, edição nº 78/2028, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.